

Guerrilha apressou a consolidação

A decisão do governo Emílio Médici (30/10/69 a 15/3/74) de retirar a proteção às embaixadas no Rio de Janeiro para forçar sua mudança para Brasília é um dado novo que o professor Luís Carlos Lopes apresenta em sua tese. Reforça idéia levantada em 1977 por Geraldo Irineo Joffily, no livro Brasília e sua Ideologia, segundo a qual a consolidação da cidade se deu em função das atividades da guerrilha urbana na velha capital. O depoimento do embaixador Wladimir Murinho, colhido em junho de 1990, é decisivo neste sentido.

O embaixador era funcionário do Ministério das Relações Exteriores desde 1940, trabalhou nos anos 50 no projeto de criação de Brasília, difundindo a cidade entre as nações estrangeiras. Suas declarações deixam claro que os seqüestros dos embaixadores dos Estados Unidos — Charles Burke Elbrick em setembro de 1969 — da Alemanha Ocidental — Ehrenfried von Holleben, em junho de 1970 — e o da Suíça — Giovanni Enrico Bucher em outubro de 1970 — por facções políticas clandestinas transformaram o Rio de Janeiro em uma “cidade perigosa”.

Seqüestros — “Era o momento em que o Gabeira (o jornalista e escritor Fernando Gabeira) havia inventado o seqüestro de embaixadores. Nunca se havia feito isto antes”, afirma Murinho. As repercussões internacionais negativas fo-

ram sentidas. O Rio de Janeiro foi considerado uma “cidade difícil de controlar”. O governo obrigou, então, todos seus órgãos que funcionavam no Estado carioca a se mudarem para Brasília, principalmente, o Ministério das Relações Exteriores e as representações diplomáticas.

As resistências não eram admitidas, assinala o professor Luís Carlos Lopes. Brasília é transformada em “quartel-general” na fase mais dura da aplicação da ideologia da segurança nacional. O governo considerava que a cidade, construída e planejada para ser administrativa “era muito mais facilmente controlável do ponto de vista político e social. A inexistência de uma classe operária numerosa e organizada, além da classe média forte e sua dimensão reduzida, permitiriam um sistema eficiente de controle”, argumenta o professor.

Este ponto de vista é confirmado pelo embaixador Wladimir Murinho, que conta a estratégia do governo para obrigar as embaixadas a se transferirem. “Nós retiramos a proteção (policial) às embaixadas, e, evidentemente, aí era irremediável a vinda delas, não? De maneira que, aos poucos, todo mundo veio para cá. E, se consolida, em poucos meses, a cidade a partir de 70”, frisa Murinho. Ou seja, enfatiza Luís Carlos Lopes, Brasília só veio a ser aceita como capital pelo governo 10

anos depois de sua inauguração.

Afirmção — De 60 a 70 a cidade viveu uma “situação híbrida”. A nova capital existia, mas todos os órgãos de peso do governo funcionavam no Rio de Janeiro e os presidentes ficavam mais lá do que aqui. Isso aconteceu, argumenta o professor, nos governos de Jânio Quadros (31/1/61 a 25/8/61), João Goulart (7/9/61 a 19/4/64), Ranieri Mazzilli (2/4/64 a 15/4/64), Castello Branco (15/4/64 a 15/3/67) e Costa e Silva (15/3/67 a 31/8/69). “Quadro que permaneceu inalterado até mesmo na vigência da Junta Militar (31/8/67 a 30/10/69)”, diz Lopes.

Este hiato de 10 anos é a razão pela qual o professor afirma que Brasília não é, fundamentalmente, um projeto de cunho militar. “O descaso com a cidade existente nos três primeiros governos pós-64 mostra que o ufanismo de sua construção era visto pelo grupo com reservas. Se por um lado a participação militar é inquestionável na escolha do sítio do DF e na defesa da sua interiorização por motivo de segurança, os fatos mostram que seu interesse por ela só se revelou quando a cidade se apresentou como solução de problemas políticos novos, inexistentes no passado”. Na sua opinião, a tutela militar fez de Brasília a capital federal e sua consolidação se tornou um processo sem volta, apesar dos saudosistas. (M.P.)